

PETIÇÃO Nº 13.157 - SP (2019/0358762-0)

RELATOR : **MINISTRO RAUL ARAÚJO**
REQUERENTE : MABE BRASIL ELETRODOMESTICOS S/A EM RECUPERACAO JUDICIAL
ADVOGADOS : LEANDRO LEVANTESE PONTES - SP321451
BICHARA ABIDÃO NETO - SP343166
MARCOS VINICIUS DA SILVA MOTTA E OUTRO(S) - SP343176
REQUERIDO : CAPITAL ADMINISTRADORA JUDICIAL LTDA
ADVOGADOS : CAROLINA MERIZIO BORGES DE OLINDA - SP289288
LUIS CLAUDIO MONTORO MENDES - SP150485

DECISÃO

Trata-se de petição apresentada por MABE BRASIL ELETRODOMÉSTICOS S/A - EM RECUPERAÇÃO JUDICIAL requerendo tutela provisória para conceder efeito suspensivo a recurso especial (fls. 758-795), protocolado em 08/11/2019, pendente de admissibilidade perante o eg. Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo (TJ-SP).

Por sua vez, o recurso especial foi interposto em face de v. acórdão assim ementado (fls. 743):

"FALÊNCIA. Apuração de responsabilidades. Representação processual da falida. Irregularidade. Mandato outorgado por administradores demitidos e que não mais possuíam poderes de administração na companhia. Sigilo profissional do advogado. Imposição da obrigação de esclarecer sobre detalhes da contratação e da relação profissional com o cliente. Inadmissibilidade. Violação ao artigo 25 do Código de Ética e Disciplina da Ordem dos Advogados. Decisão reformada em parte. Recurso parcialmente provido."

Nas razões do recurso especial, fundado na alínea "a" do permissivo constitucional, alegam, além de divergência jurisprudencial, violação ao "(...) arts. 81, § 2º, 103, parágrafo único e 104 da LRF; arts. 146, §1º, 150, §2º e §4º, 151 e 157, §1º, "d" e 207 da LSA e art. 75, do CPC" (fls. 767 - destaques no original).

Como dito, perante este eg. Tribunal, MABE BRASIL

ELETRODOMÉSTICOS S/A - EM RECUPERAÇÃO JUDICIAL requer a tutela provisória em exame, visando a concessão de efeito suspensivo a recurso especial.

Suscita que está comprovado o *fumus boni iuris* ao argumento, entre outros, de que o recurso especial tem plausibilidade de êxito. Afirmam que "(...) **a tese de que os diretores da Requerente permanecem no cargo até hoje perante a legislação societária, com respaldo na possibilidade de coexistência de vínculo estatutário e celetista e na ausência de renúncia ou de retirada dos referidos diretores estatutários da Mabe Brasil ainda que demitidos da qualidade de celetista, é bastante razoável. A propósito, existem precedentes dos Tribunais locais que sinalizam o acolhimento da tese trazida pela Requerente, além da legislação vigente e da doutrina, como já visto no recurso especial**" (fls. 17 - destaques no original).

Aponta, ainda, a presença do *periculum in mora*, na medida em que "(...) o cumprimento do v. acórdão nos levaria de volta ao mesmo cenário que hoje é debatido, uma vez que a eleição de nova diretoria não acarretaria qualquer vínculo celetista aos seus nomeados, elemento supostamente fundamental, a menos no argumento utilizado pelo Tribunal local para afastar a validade da procuração/substabelecimento atacados" (fls. 20).

É o relatório. Passo a decidir.

Quanto à competência para análise de pedido de tutela provisória para a concessão de efeito suspensivo a recurso especial, o CPC/2015 assim dispõe, *in verbis*:

"Art. 1.029. O recurso extraordinário e o recurso especial, nos casos previstos na Constituição Federal, serão interpostos perante o presidente ou o vice-presidente do tribunal recorrido, em petições distintas que conterão:

(...)

§ 5º. O pedido de concessão de efeito suspensivo a recurso extraordinário ou a recurso especial poderá ser formulado por requerimento dirigido:

I – ao tribunal superior respectivo, no período compreendido entre a publicação da decisão de admissão do recurso e sua distribuição, ficando o relator designado para seu exame prevento para julgá-lo;

II - ao relator, se já distribuído o recurso;

III – ao presidente ou ao vice-presidente do tribunal recorrido, no período compreendido entre a interposição do recurso e a

Superior Tribunal de Justiça

publicação da decisão de admissão do recurso, assim como no caso de o recurso ter sido sobrestado, nos termos do art. 1.037." (g. n.)

Da leitura do dispositivo legal ora transcrito, infere-se que a competência desta eg. Corte para apreciar tutela provisória em recurso especial se inicia após a realização de juízo de admissibilidade pelo eg. Tribunal de Justiça.

No caso em apreço, verifica-se que o recurso especial interposto em 08/11/2019, está pendente de admissibilidade na eg. Instância *a quo*. Nesse cenário, evidente a incompetência desta eg. Corte para analisar, neste momento processual, o pedido de tutela provisória.

Nesse contexto, enquanto não realizado o juízo de admissibilidade do apelo nobre, cabe à parte interessada a possibilidade de manejar os meios processuais acautelatórios que entender pertinentes, perante o eg. Tribunal estadual.

Diante do exposto, com fulcro no art. 34, XVIII, "a", do RISTJ, **indefiro o pedido.**

Publique-se

Brasília (DF), 29 de novembro de 2019.

MINISTRO RAUL ARAÚJO
Relator